# América meridional em disputa: espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina (1749-1777)

South America in dispute: spatialisation of the conflict in the Santa Catarina Island (1749-1777)

Paloma Natalia Riquetta Nervi<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por pretensão articular o movimento global da colonização no século XVIII, ao desenvolvimento local da Ilha de Santa Catarina. Partindo de um quadro geral, tendo como apoio a historiografía consolidada sobre América Portuguesa, introduzimos o particular, onde se incorporou à bibliografia sobre a região, documentos cartográficos e correspondências oficiais. Contudo, o trabalho evidencia como a fortificação da Ilha e a imigração açoriana são espacializações de conflitos e processos mais amplos.

Palavras-chave: Ilha de Santa Catarina; conflito; Portugal; Espanha.

**Abstract:** This article propose to articulate the global movement of the colonization in the 18th century to the local development of the Santa Catarina island. Starting from an general picture, based in a consolidate historiography about Portuguese America, arriving in the specific, where cartographic documents and official correspondences has been incorporated to the specialized bibliography about the region. Nevertheless, this paper shows how the fortifications in the island and the Azorean immigration are spatialisations from the conflicts and broader processes. Keywords: Santa Catarina Island; conflict; Portugal; Spain.

### Introdução

A Ilha de Santa Catarina foi, desde os primórdios da colonização, um espaço estratégico para os empreendimentos europeus, principalmente das duas potências ibéricas. Como entreposto da circum-navegação, a região passou a ser muito frequentada por espanhóis e portugueses que vinham "tomar refresco" de mantimentos para seguir viagem pelo estreito de Magalhães ou retornar à Europa. Embora as bulas<sup>2</sup> e tratados tivessem grande importância nos processos de conquista e posse dos territórios "descobertos", não puderam definir com precisão os limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América. Contudo, a região meridional, comportou uma das "fronteiras vivas" por quase todo o período colonial.

Tendo em vista a compreensão da Ilha de Santa Catarina como um espaço de constante disputa, vamos discutir, na primeira metade do artigo, a constituição econômica da região, em

<sup>2</sup> As Bulas Papais foram documentos concedidos pelo Papa às potências ibéricas e serviram para legitimar as posses e o monopólio de ambas, sobre os territórios conquistados. CHAUNU, Pierre. Conquista e exploração dos novos mundos - século XVI. Pioneira: São Paulo, 1984, p. 273-276.



<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: paloma97nervi@hotmail.com.

sua relação com os conflitos travados entre Portugal e Espanha no nível diplomático. Na segunda parte, tencionamos abordar a construção das fortalezas, bem como a imigração açoriana e a tomada da Ilha em 1777, como espacializações locais do conflito entre as duas potências.

Tendo por base a utilização da bibliografia especializada, inserimos no trabalho alguns documentos oficiais e cartográficos que nos ajudaram a compreender a relação entre os conflitos/interesses postos em jogo na arena global, e sua espacialização em Santa Catarina, expressa, sobretudo, pelo povoamento planejado e a construção das fortalezas.

### Formação geográfica e econômica na Ilha de Santa Catarina

A Ilha de Santa Catarina é retratada nos relatos de viajantes desde o século XVI. Tanto por fatores geográficos, localização e formação geológica com portos naturais, quanto por sua população indígena, que oferecia os mantimentos necessários para seguir com as viagens de longa distância, ela se tornou um espaço frequentado por agentes da navegação de diversas origens. Relatos de espanhóis, franceses, ingleses e portugueses descrevem a Ilha e expressam as mais variadas opiniões.

De fato, num primeiro momento, ela cumpriu a função de remediar as dificuldades que o comércio de longa distância impunha aos navegadores. Riquezas imediatas, que justificassem uma fixação colonial, não foram encontradas. Entretanto, considerando a importância primária da distância como elemento que comandava os preços e até mesmo a rentabilidade de determinado empreendimento, espaços que serviam de posto de abastecimento faziam a diferença nas longas e penosas viagens comerciais. Como enfatiza Chaunu, "a distância comanda as opções fundamentais da economia colonial"<sup>3</sup>. Por essa ótica, a Ilha de Santa Catarina, que se tornara um posto de abastecimento, cumpria papel fundamental na expansão da economia mercantilista.

Os povos indígenas Guarani que habitavam a região foram também importantes agentes na formação econômica da colônia portuguesa. Principalmente durante o século XVII, as trocas, que envolviam mercadorias, casamentos e alianças, entre indígenas e brancos, forneceram aos paulistas um grande contingente de mão-de-obra escrava indígena. Como o trabalho de John Manuel Monteiro<sup>4</sup> demonstra, a região foi amplamente explorada pelos

<sup>3</sup> CHAUNU, 1984, p. 301.

<sup>4</sup> MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

sertanistas, que até meados do século efetuavam trocas com as lideranças da região para obter escravos, mas depois passaram a conflitar diretamente e escravizar sumariamente a população indígena. A mão-de-obra formada a partir dos apresamentos dos sertanistas, serviram de base a economia paulista produtora de artigos de subsistência, principalmente trigo, o qual abastecia as plantações de cana do norte.

Na passagem para o século XVIII, um movimento colonizador, que se inscreve nos quadros mais amplos do sistema colonial, alterou a situação da ilha de Santa Catarina. E imprescindível para entender a colonização desse espaço, relacioná-lo ao Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento. A expansão territorial portuguesa em direção ao rio da Prata, vinha de interesses comerciais dos colonos, e também da Coroa, pela prata peruana. O comércio triangular entre o Rio de Janeiro, Luanda e Buenos Aires, que teve como principal articulador Correia de Sá, contribuiu para o crescente interesse português na região sul<sup>5</sup>. Seguindo os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, a expansão portuguesa adentrou territórios espanhóis, e a criação da colônia de Sacramento, em janeiro de 1680, desenha tal projeto expansionista que atingiu as margens do Prata.

Augusto da Silva<sup>6</sup> destaca que o próprio Correia de Sá tinha interesse em obter sesmaria "na região das terras onde se chama Ilha de Santa Catarina", a qual foi obtida por seu neto. Esse interesse tem muito a dizer sobre a importância que a Ilha tinha para manter as possessões ao sul de São Vicente, pois conservava os últimos portos naturais da costa antes da embocadura do rio da Prata. Portanto, a manutenção desse território, bem como sua defesa militar, recaia sobre a Ilha.

É certo que o espaço pretendido com a ocupação da Ilha de Santa Catarina era bem maior do que seus limites geográficos em si. A pretensão, sobretudo, era garantir a realização dos circuitos mercantis que se estendiam por um amplo espaço econômico, que conectava a produção de gado e couro e o comércio do rio da Prata, não apenas com o Rio de Janeiro, mas também com Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso<sup>7</sup>. Portanto todo o movimento colonizador em direção ao sul se conectava ao movimento em direção às minas, a oeste.

O controle da Ilha se revelou um trunfo nos conflitos posteriores. Sua ligação com Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento, no sentido de defesa e expansão territorial é

<sup>6</sup> SILVA, Augusto da. A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (Doutorado em História), USP, 2008, p. 35. 7 SILVA, p. 28, 2008.



<sup>5</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 117-243.

o que justifica o caráter militar que os primeiros investimentos coloniais dirigiram a esse espaço. Constituída como base de domínio marítimo, ponto estratégico de desenvolvimento econômico e penetração no continente, além disso, pelos bons portos que possuía, uma escala de entreposto mercantil<sup>8</sup>, fica evidente a importância da ilha para que em 11 de agosto 1738 a praça militar de Santa Catarina se tornasse a "Capitania da Ilha de Santa Catarina".

Como buscamos evidenciar até aqui, para entender a espacialidade constituída pela Ilha, é preciso atentar-se aos movimentos mais amplos do sistema colonial. A fundação da Capitania se inscreve num amplo processo que interliga os conflitos por território, os interesses comerciais e também a própria razão ilustrada que tomava posição nas estratégias de governo das duas potências ibéricas. A seguir trataremos desse processo a partir do conflito entre Portugal e Espanha, tendo em vista seus reflexos na espacialidade da Capitania.

### Portugal e Espanha em conflito

À medida que as disputas entre os países europeus se acirravam, configurava-se um quadro em que Portugal e Espanha atuavam em campos opostos. Em fins do século XVII e início do século XVIII, os estados do noroeste europeu - França, Inglaterra e Holanda passaram a atuar cada vez mais no ultramar. Quando a guerra de sucessão espanhola acabou em 1717, Portugal se alinhou a Inglaterra, o que já vinha se desenhando desde o fim da união ibérica. Por outro lado, embora a França tenha conseguido impor um sucessor ao trono da Espanha, quem saiu comercialmente muito favorecida foi a própria Inglaterra, não por nada se ergueu enquanto potência e deu partida à revolução industrial:

> Assim, ao lado das zonas de tensão entre as potências dominantes em luta pela hegemonia, França e Inglaterra (nas Antilhas, na América do Norte, no Oriente), entre os países coloniais ibéricos se vão formando ao mesmo tempo outras zonas de tensão (sobretudo a região platina). Os dois tipos de conflitos correm paralelos, e se inter-relacionam continuamente até a crise do sistema colonial9.

Com a emergência do capitalismo industrial, a consolidação da Inglaterra enquanto potência e o pensamento ilustrado aos poucos se estabelecendo enquanto política de estado, algumas reformas foram empreendidas tanto pelo governo português, quanto pelo governo

<sup>9</sup> NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hocitec, 1998, p. 51.



<sup>8</sup> Ibidem, p. 24-26.

espanhol. Mais tarde se expressariam nas reformas bourbônicas e nas reformas pombalinas, as quais visavam retomar e centralizar o poder para manter as estruturas do sistema colonial. Dessas reformas, é importante destacar a defesa do patrimônio 10. Na medida em que Portugal avançava continente adentro, os conflitos se materializavam. Como explica Bodelón a situação real era bem diferente da ideal: "Juridicamente el Tratado de 1494, ya ampliamente vulnerado, concedía más que nada una sólida posición de partida a los negociadores españoles, habida cuenta de que factualmente eran los portugueses los que habían tomado considerable ventaja en la ocupación del território"11.

Nesse contexto, empreendeu-se a instalação de fortificações na costa brasileira, além de uma série de investimento na defesa militar. A centralização do poder no Rio de Janeiro, bem como a fundação da capitania da Ilha de Santa Catarina, faz parte dessa agenda. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso também se tornaram sucessivamente capitanias independentes.

Paralelo a tudo isso, é importante destacar o papel das minas, que além de terem sustentado a balança comercial portuguesa, mobilizaram o mercado interno colonial de diversas mercadorias, sendo uma delas, a carne vinda do Rio Grande de São Pedro. Na região de Laguna, e seguindo mais ao sul na altura do rio Tramandaí, formaram-se grandes estâncias de gado, tão promissoras que em 1720 a Coroa portuguesa autorizou a abertura de um caminho para ligar a região a São Paulo. O Rio Grande ia assim sendo povoado e constituído pela produção de gado, e aos poucos os braços da colonização se estendiam por esse espaço. Surgia então a demanda por proteção militar, onde se insere a fortificação da Ilha de Santa Catarina<sup>12</sup>.

Os conflitos ocorridos na Colônia de Sacramento iniciaram poucos anos depois de sua fundação. Em 1679 a Colônia foi tomada pelos espanhóis, mas foi devolvida no mesmo ano, depois disso sofreu continuados cercos, tentativas e tomadas (1705, 1726 e 1735). Esse conflito deu ainda mais respaldo ao investimento militar no Sul. O Brigadeiro José da Silva Paes foi enviado ao Rio Grande e fundou a cidade de Rio Grande de São Pedro. Posteriormente foi nomeado o primeiro Governador da província de Santa Catarina, ele empreenderia as medidas de fortificação e povoamento que trataremos no próximo tópico<sup>13</sup>.

## Espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina: Fortificações

<sup>10</sup> NOVAIS, p. 133-137, 1989.

<sup>11</sup> BODELÓN, Óscar Rico. La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778): Una Isla brasileña para Carlos III. Tese (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea), Universidad de Salamanca, 2013, p. 131. 12 SILVA, p. 121-123, 2008.

<sup>13</sup> MADRUGA, Glenio. Muralhas de ontem e de hoje: a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Revista Santa Catarina em História, v.7, n.1, Florianópolis, 2013, p. 80-85.

A materialização do conflito pode ser apreendida pelo próprio modo como se deu os investimentos colônias na Ilha. São óbvios os objetivos militares em relação a defesa do patrimônio que se inscrevem nos conflitos e interesses mencionados anteriormente. A fortificação da Ilha e a imigração açoriana são expressões locais dos conflitos e processos globais, portanto, nosso olhar agora se voltará para essa dinâmica local, enfim à espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina.

O Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro governador, ficou encarregado de fortificar a Ilha. Cumprindo com essa tarefa ele mobilizou a construção das Fortalezas e suas guarnições. A primeira a ser levantada foi Santa Cruz de Anhatomirim em 1739, é a maior de todas as fortalezas e foi finalizada em 1744. Essa fortificação dista seis quilômetros das outras duas, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratones. Juntas as três formaram o sistema de defesa triangular da baía norte. Além dessas, foi erguida por último a única fortaleza destinada a proteger a Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, a fortaleza Nossa Senhora da Conceição 14.

A planta cartográfica *Plano da Fortaleza e Ilha de Anhatomirim*, datada de 1740 e sem autoria, retrata em detalhes todas as estruturas levantadas e aquelas que estavam em construção (porta da fortaleza, capela, casa da pólvora, quartel do comandante, fonte, quartéis, alpendre por baixo dos quartéis, forte, bataria baixa, bandeira, projeto para cobrir o lado da fonte)<sup>15</sup>. Certo que pela envergadura da construção a mão de obra mobilizada não foi pouca, assim como fazer sua manutenção gerava preocupação e demandava investimento. É o que se pode deduzir com as recorrentes cartas enviadas por José da Silva Pais ao Reino<sup>16</sup>.

Silva Paes expressava outras preocupação com as fortificações, pois mais que estruturas era preciso gente que as guarnecesse. Alexandre de Gusmão interviu diretamente no

<sup>14</sup> SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. In: Tomo XLVIII, Parte II, da Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885, p. 20. MADRUGA, 2013, p. 80-8.

<sup>15</sup> Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. [ca.] 1740. Desenho a nanquim, 28 x43,1 cm, Coleção Cartográfica Iconográfica Manuscrita Arquivo Ultramarino. Disponível do Histórico http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301607.

<sup>16</sup> DESPACHO do Conselho Ultramarino sobre a informação dada pelo governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais. 1744, Janeiro, 13, Lisboa. AHU CU 021, Cx. 1, D. 19. CARTA do governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V], comunicando que mediante a presença constante de navios estrangeiros que chegam aquele porto, é necessário o aumento de guarnição para pôr em segurança as fortalezas daquela ilha. 1747, Agosto, 1, Santa Catarina. AHU CU 021, Cx. 1, D. 34. CARTA do governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V] sobre o pagamento dos soldos aos soldados que guarnecem as fortalezas daquela ilha. 1747, Agosto, 20, Santa Catarina. AHU\_CU\_021, Cx. 1, D. 38.CARTA do ex-governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V] sobre o aumento de artilharia da guarnição das fortalezas, a necessidade de cirurgião, mantimentos para os casais e criação de povoações para os casais vindos das ilhas dos Açores. 1749, Agosto, 28, Lisboa. AHU CU 021, Cx. 1, D. 57.

caso para que em 1746 a Provisão Régia estabelecesse o alistamento de casais açorianos para a Ilha. Silva Paes Ficou responsável por receber os povoadores e cuidar para que fossem bem tratados<sup>17</sup>.

# Imigração açoriana

Essa fortificação correspondia não apenas a muralhas e fortes, mas também a gente que pudesse habitar, ocupar e colonizar tal espaço. Muitos foram os motivos que influenciaram na imigração açoriana. Ambos os lados apresentavam necessidades as quais seriam supridas com o povoamento da ilha de Santa Catarina e a diminuição do contingente populacional do arquipélago dos Açores. As ilhas açorianas, localizadas em um ponto de junção tripla das placas tectônicas, sofriam constantemente com o vulcanismo. Piazza destaca que "[...] os abalos de 1730 na Graciosa e, novamente, em 1744, no Faial e no Pico, são molas impulsionadoras de migrações." Por outro lado, razões políticas, como o "uti-possidetis" expressa a necessidade portuguesa de ocupar o sul do Brasil e estender as fronteiras sobre os espanhóis<sup>18</sup>.

Após uma longa viagem, que contabilizou inúmeras mortes, desembarcam no Desterro em 1748 e 1749 os primeiros imigrantes. As promessas feitas não foram cumpridas, ferramentas de trabalho, animais e o tamanho das terras foram rapidamente limitados e diminuídos. Entretanto, aos poucos, nos espaços determinados a ocupação, fundaram-se as freguesias, a alimentação foi suprida pela farinha provinda da plantação de mandioca e também pela pesca. Foram trazidos dos Açores padres, e logo começaram as construções das igrejas<sup>19</sup>.

Augusto da Silva, em sua tese de doutorado "A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)", divide a ocupação da ilha de Santa Catarina pela coroa portuguesa em quatro períodos distintos do ponto de vista político, econômico e estratégico. Em linhas gerais, o primeiro se estende até 1748, corresponde à instalação da praça militar; o segundo de 1748-1763 período da consolidação políticoadministrativa, sócio demográfica (momento no qual enquadra-se a imigração açoriana) e econômica; o terceiro de 1763-1777 caracterizado pela importância estratégica nos conflitos com a Espanha; e o quarto de 1778-1807 que o autor chama de refundação da capitania após os

<sup>19</sup> Ibidem, p. 146-147.



<sup>17</sup> PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre: Pallotti, 1994. 311 p. 42-45.

<sup>18</sup> PIAZZA, 1994, p. 39-40.

espanhóis a devolverem aos portugueses em 1777<sup>20</sup>. Falando especificamente da imigração, Silva aponta que ela encontrou diversos percalços, acrescenta que:

> [...] nem os governadores dispunham de todos os recursos materiais, humanos e financeiros para fazer cumprir as promessas do Edital de convocação e da Provisão citada, nem os casais se submeteram a todas as determinações que lhes foram dirigidas<sup>21</sup>.

Além disso, a ocupação territorial pretendida pela coroa ocorre parcialmente, pois os imigrantes fixaram-se próximos a núcleos já consolidados, algumas regiões da ilha de Santa Catarina e da vila de Laguna. Esse fator faz transparecer que os imigrantes buscavam, sobretudo, atender seus próprios interesses. O autor afirma também que, sem sombra de dúvidas, o impacto dessa imigração foi importante:

> Fato que parece consensual entre os historiadores é o impacto demográfico que a imigração açoriana significou para as vilas e povoados do sul do Brasil, em meados do século XVIII, trazendo profundas alterações na organização política, econômica e sociocultural dessas regiões<sup>22</sup>.

O impacto demográfico dessa imigração é um fator importante a ser destacado, porém, é necessário considerar que para a Ilha de Santa Catarina também migraram forçosamente os africanos escravizados, e além deles a própria população indígena que havia permanecido, também compunham o quadro da população. Ou seja, a composição étnica aqui também foi diversificada e a própria construção de obras grandiosas como as fortalezas certamente passavam por mãos escravas africanas e indígenas.

#### A tomada da Ilha em 1777

Em 1763 Rio Grande de São Pedro foi novamente invadido pelos espanhóis, com isso as relações entre as coroas ibéricas se tornaram ainda mais tensas. As preocupações com a integridade territorial na América Meridional aumentaram com os conflitos em Argel, no norte da África. As ordens vindas do Marquês de Pombal reforçavam a necessidade de investir na guarnição da Ilha, tanto em munição e estrutura, quanto em combatentes que fossem bem pagos

<sup>20</sup> SILVA, 2008, p. 162-163.

<sup>21</sup> Ibidem, 2008, p. 173

<sup>22</sup> Ibidem, p. 179.

para manterem-se ali, pois uma das reclamações recorrentes dos soldados era a falta de pagamento<sup>23</sup>.

Do outro lado, Carlos III, rei da Espanha, instruiu sigilosamente um militar experiente, dom Pedro Cevallos, para invadir a ilha de Santa Catarina. Circulava um falso boato que a esquadra comandada por ele, tentaria uma nova ofensiva em Argel, porém, Cevallos, que já conhecia a Ilha e seus fortes, pois havia estado em 1755 na barra norte antes de se dirigir ao Rio da Prata, tinha outro destino. Em 13 de novembro de 1776, Cevallos e o marquês da Casa Tilly, comandante da esquadra, saíram do porte de Cádiz para realizar a tomada da Ilha de Santa Catarina<sup>24</sup>.

No dia 20 de fevereiro de 1777 a esquadra aproximou seus navios da praia de Canasvieiras. No dia 25 todos os fortes haviam se rendido, Desterro foi tomada sem qualquer resistência. O próprio tenente de artilharia, José Henrique da Cunha, desertou e juntou-se aos espanhóis ainda no dia 23. "Da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, de dentro da Casa do Comandante, foi assinada a rendição da guarnição portuguesa entre Cevallos e o Brigadeiro Sá e Faria, em 5 de março de 1777"25.

Em março do mesmo ano, os cartógrafos espanhóis produziram Planos para representar a Ilha sob o poder espanhol. A *Isla de Santa Cathalina*<sup>26</sup>, passava a ser exibida como mais novo domínio espanhol. O Plano del puerto e isla de Santa Cathalina, en la costa del Brasil (...)<sup>27</sup>, com autoria desconhecida e datado de 1777, representa a grande e poderosa esquadra espanhola próxima à Punta gorda, São José da Ponta Grossa. Esse mesmo mapa é riquíssimo em detalhes, destaca as plantas das fortalezas e todo o relevo da Ilha.

Entretanto, o que demonstra outro mapa produzido nesse mesmo ano, Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional(...)<sup>28</sup>, do cartógrafo espanhol Tomás

<sup>23</sup> MENDES, Jeferson. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777. In.: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia & MIRANDA, Susana Münch. Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014, p. 60.

<sup>24</sup> MENDER, 2014, p. 60-63.

<sup>25</sup> MADRUGA, 2013, p. 83.

<sup>26</sup> Plano del puerto de Santa Cathalina situado en la costa del Brasil por Latt. de 27º, 36' Sur. Santa Catalina, 8/03/1777. AGS, MPD, 04, 001. Disponível em http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176671 27 Plano del puerto e isla de Santa Cathalina, en la costa del Brasil, situada su medianía en la Latitud Sur de 27 grados, 42 minutos, y en la longitud de 327 Grados, 40 minutos al Meridiano de Tenerife, 1777. AGS, MDP, 10,

<sup>013.</sup> Disponível em http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176884

<sup>28</sup> Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional : Hallase su Puerto en la Punta del Norte en 27 grados 26 minutos de Latitud Austral y en 327 grados 36 minutos de Longitud contada desde el Pico de Tenerife Sacado por el extracto que hizo estampar el año pasado de 1776 D. Cristvoal [sic] del Canto, habiéndose tenido este del que formó el año de 1757 D. Estevan Alvarez del Fierro, en punto maior. Tomás López, MR/2/154. Disponível 1777, BNE,

Lopez, é que o conhecimento espanhol sobre a Ilha é bem anterior a sua tomada. O autor anota no canto superior direito que seu mapa resultou de anotações de terceiros, com informações de 1757 e 1776. Esses documentos confirmam o interesse espanhol na Ilha de Santa Catarina, e são registros da disputa também no campo diplomático, uma vez que cartografar determinado território denota a pretensão de possuí-lo ou confere legitimidade aquele já conquistado<sup>29</sup>.

O fato de a tomada da Ilha ter ocorrido sem qualquer combate por parte dos soldados, é, segundo Augusto Silva, reflexo das relações econômicas que ela mantinha com Rio Grande de São Pedro, pois, mesmo servindo como base militar para o conflito, o centro das disputas se dava no Rio Grande:

> Nos momentos de maior crise financeira, quando praticamente se deixara de pagar qualquer soldo aos militares, salário aos funcionários e côngruas aos párocos, registravam-se entradas de numerário na Provedoria de Santa Catarina, de remessas enviadas do Rio de Janeiro, mas que se destinavam integralmente para o pagamento da guarnição do Rio Grande.<sup>30</sup>

Sendo assim, e refletindo também o descaso com a região, no período em que São Pedro ficou sob governo espanhol (1765-1777), ocorreu um maior desenvolvimento econômico da Ilha. Os relatos sobre o ano em que os espanhóis a tiveram sob seu poder, revelam que na dinâmica local pouco se alterou. Contudo, não fica difícil compreender a postura assumida pelo tenente José Henrique da Cunha e por outros soldados desertores<sup>31</sup>.

Podemos ainda nos questionar se essa dinâmica local, onde os soldados se encontravam em situações precárias, não interferiu no resultado do conflito em 1777, pois mesmo que a derrota fosse inevitável, essa rendição sem qualquer resistência gerou muitos debates entre os governantes e ministros portugueses. Somente em outubro a Ilha retornaria às mãos portuguesas, com uma resolução diplomática pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado ainda em 1777.

### Considerações Finais

Neste artigo, buscamos lançar um olhar mais amplo sob a constituição espacial do nosso objeto. Esse anseio teóricos-metodológico, é fruto dos questionamentos acumulados ao

<sup>31</sup> SILVA, 2013.



http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=1559078&custom\_att\_2=simple\_vie wer

<sup>29</sup> HARLEY, J. B. Mapas conocimiento y poder. In.: HARLEY, J. B. La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005, p. 79-112.

<sup>30</sup> SILVA, p. 13-14, 2013.

longo da graduação, que nos instigaram a refletir sobre as possibilidades e limites da História  $Global^{32}$ .

No século XVIII, a Capitania/Ilha de Santa Catarina em tudo se articulava ao Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento. Ao ampliarmos ainda mais a escala, se articulava a região das minas, ao passo que se inseria no movimento de definição das fronteiras territoriais, onde Portugal buscava garantir a expansão ao sul e a oeste. Na arena global, se relacionava com os conflitos entre os impérios ibéricos que atuavam em lados opostos nas disputas entre Inglaterra e França.

Expressões locais dessas conexões, conflitos e processos podem ser percebidos pela espacialização dos ambientes colônias e políticas de povoamento. As fortificações, estruturas de grandíssimo porte, foram construídas para garantir a possessão da Ilha e de boa parte do continente da América meridional, pois que era ela uma porta de entrada para o continente. No mesmo sentido, se empreendeu a imigração direcionada dos casais açorianos, pois, tendo em vista a política uti possidetis, a fortificação precisava ser feita de carne e osso, não bastando apenas as rochas. Contudo, o que fizemos foi evidenciar as relações entre as diferentes escalas de observação que nos era possível trabalhar, evidentemente, muitas lacunas e falhas ficaram pelo caminha, mas a resultado se mostrou deveras interessante para uma compreensão pretensiosamente global do objeto.

### Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BODELÓN, Óscar Rico. La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778): Una Isla brasileña para Carlos III. Tese (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea), Universidad de Salamanca, 2013.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues Cabral. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasilcolônia. [s.l.]: Conselho Federal de Cultura, 1972.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa: a Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 2013.

<sup>32</sup> Segundo Sebastian Conrad (p. 15, 2017), a História Global é um objeto de estudo e uma forma particular para entender a História. É tanto um processo histórico, quanto uma metodologia, sendo que um é inseparável do outro. CONRAD, Sebastian. História Global: una nueva visión para el mundo actual. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2017.



CONRAD, Sebastian. História Global: una nueva visión para el mundo actual. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2017.

CHAUNU, Pierre. Conquista e exploração dos novos mundos - século XVI. Pioneira: São Paulo, 1984.

HARLEY, J. B. Mapas conocimiento y poder. In.: HARLEY, J. B. La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005, p. 79-112.

MADRUGA, Glenio. Muralhas de ontem e de hoje: a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Revista Santa Catarina em História, v.7, n.1, p. 80-88, Florianópolis, 2013.

MENDES, Jeferson. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777. In.: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia & MIRANDA, Susana Münch. Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hocitec, 1998.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. Horizontes Antropológicos, n. 19, p. 79-104, Porto Alegre, 2003.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre: Pallotti, 1994. 311 p.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, 1978.

PORRO, Jesús María. "La defensa y consolidación de las fronteras en el Septentrión novohispano: Geografía y desarrollos cartográficos (1759-1788)". Anuario de Estudios Americanos, n.º 68, pp. 19-50, Sevilla, enero/junio, 2011.

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mauro Mendonça de. As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SILVA, Augusto da. A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (Doutorado em História), USP, 2008.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. In: Tomo XLVIII, Parte II, da Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1885, p. 20.

OBERMEIER, Franz. As relações entre o Brasil e a região do Rio de La Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção (Asunción) e Santa Catarina. Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, n.º 43 p. 317-341, Colonia/Weimar/Viena, 2006.

#### **Fontes**

Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional : Hallase su Puerto en la Punta del Norte en 27 grados 26 minutos de Latitud Austral y en 327 grados 36 minutos de Longitud contada desde el Pico de Tenerife Sacado por el extracto que hizo estampar el año pasado de 1776 D. Cristvoal [sic] del Canto, habiéndose tenido este del que formó el año de 1757 D. Estevan Alvarez del Fierro, en punto maior. Tomás López, 1777, BNE, MR/2/154. Disponível

http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=1559078&custom att 2=simple viewer.

Plano del puerto e isla de Santa Cathalina, en la costa del Brasil, situada su medianía en la Latitud Sur de 27 grados, 42 minutos, y en la longitud de 327 Grados, 40 minutos al Meridiano Tenerife, 1777. AGS, MDP, 10, 013. Disponível http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176884.

Plano del puerto de Santa Cathalina situado en la costa del Brasil por Latt. de 27°, 36' Sur. Santa Catalina, 8/03/1777. AGS, MPD, 04, 001. Disponível em http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176671.

Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. [ca.] 1740. Desenho a nanquim, 28 x43,1 cm Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301607.

Recebido em 04 de novembro de 2018. Aceito para publicação em 14 de julho de 2020.